

Inclusão de gênero na ponta da língua

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Desenvolvimento Profissional

Conteudista/s

Roberta Gregoli (Conteudista, 2018).

Jader de Sousa Nunes (Conteudista, 2023).

Fabiany Glauro Alencar e Barbosa (Conteudista, 2023).

Curso desenvolvido no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento Profissional – DDPRO



Enap, 2022

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Desenvolvimento Profissional

SAIS - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF

Sumário

Módulo 1 – Para início de conversa

1.1 Por que gênero?	6
1.2 Por que a língua?.....	9
1.3 Por que inclusão?	14

Módulo 2 – Mitos e resistências em relação ao uso inclusivo da língua

2.1 Tradição	18
2.2 Indiferença ou desvalorização	26

Módulo 3 – Fazendo a Diferença

3.1 Termos identitários	30
3.2 Sexismo na língua	32

Referências	40
-------------------	----

Olá!

Desejamos boas-vindas ao curso **Inclusão de gênero na ponta da língua**.

O curso sintetiza a discussão em torno dos usos inclusivos da língua com foco em gênero. O curso possui três partes: uma introdução sobre a língua e suas mudanças ao longo do tempo, um módulo sobre os argumentos usados para desqualificar os usos inclusivos da língua e sobre os tipos de uso sexista da língua, e um módulo com orientações objetivas para o uso inclusivo e não sexista da língua portuguesa.

O curso destina-se a servidoras e servidores, cidadãs e cidadãos com interesse no tema. Espera-se que, ao final do curso, adquiram a aptidão de utilizar a língua da maneira mais neutra e inclusiva possível, mitigando a interferência do viés inconsciente.

Desejamos um excelente estudo!

1

Para início de conversa

Ao fim deste módulo, você será capaz de reconhecer a relação entre gênero, língua e inclusão e os motivos pelos quais esses temas fazem parte da discussão sobre inclusão de gênero na língua.

1.1 Por que gênero?

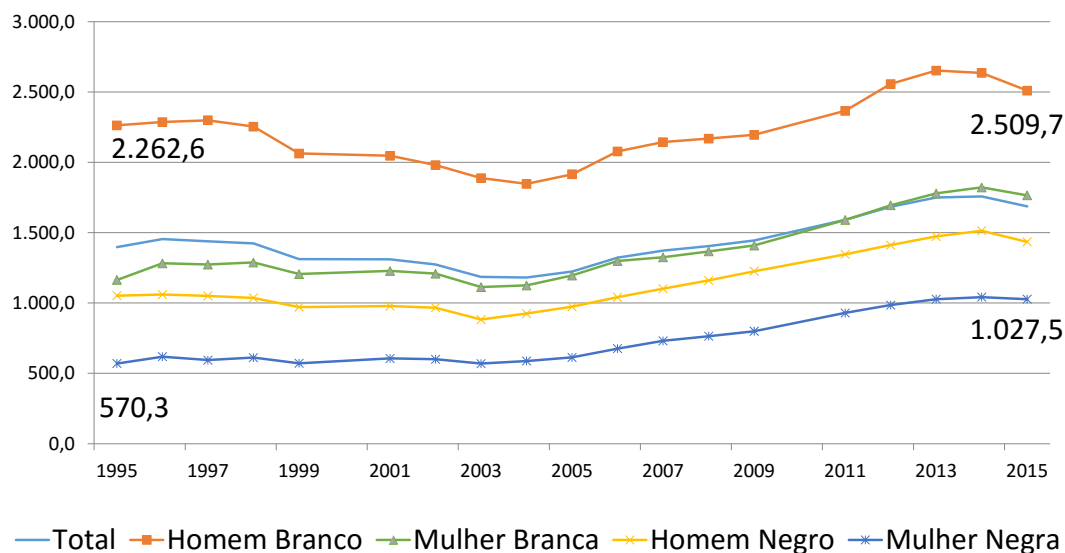
Muitas pessoas acreditam que a desigualdade entre homens e mulheres é coisa do passado. Avançamos muito, é verdade, mas infelizmente ainda há um longo caminho a trilhar para chegarmos à igualdade, como diversos indicadores demonstram.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), publicada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. As mulheres representam 51,1% da população brasileira, enquanto os homens representam 48,9%.

Apesar de serem maioria na população brasileira, as mulheres representam apenas 17,7% da Câmara dos Deputados e 12,4% do Senado Federal, de acordo com o [índice mundial da Inter-parliamentary Union](#) (IPU Parline) referente ao mês de janeiro de 2023. Em 2019, uma pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento revelou que [o Brasil tem menos mulheres no Congresso que o país com pior índice de desenvolvimento humano \(IDH\) do mundo](#).

A diferença de remuneração entre homens e mulheres, chamada de desigualdade salarial, é bastante conhecida. O gráfico a seguir, retirado da publicação [Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça](#), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ilustra (...) a diferença de renda de homens e mulheres no período de 1995 a 2015. Combinando gênero com raça, verifica-se que a diferença salarial poderia chegar até 60%, ou seja, mulheres negras ganhariam 40% do salário de homens brancos.

Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



Fonte: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC
 *rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set./2015

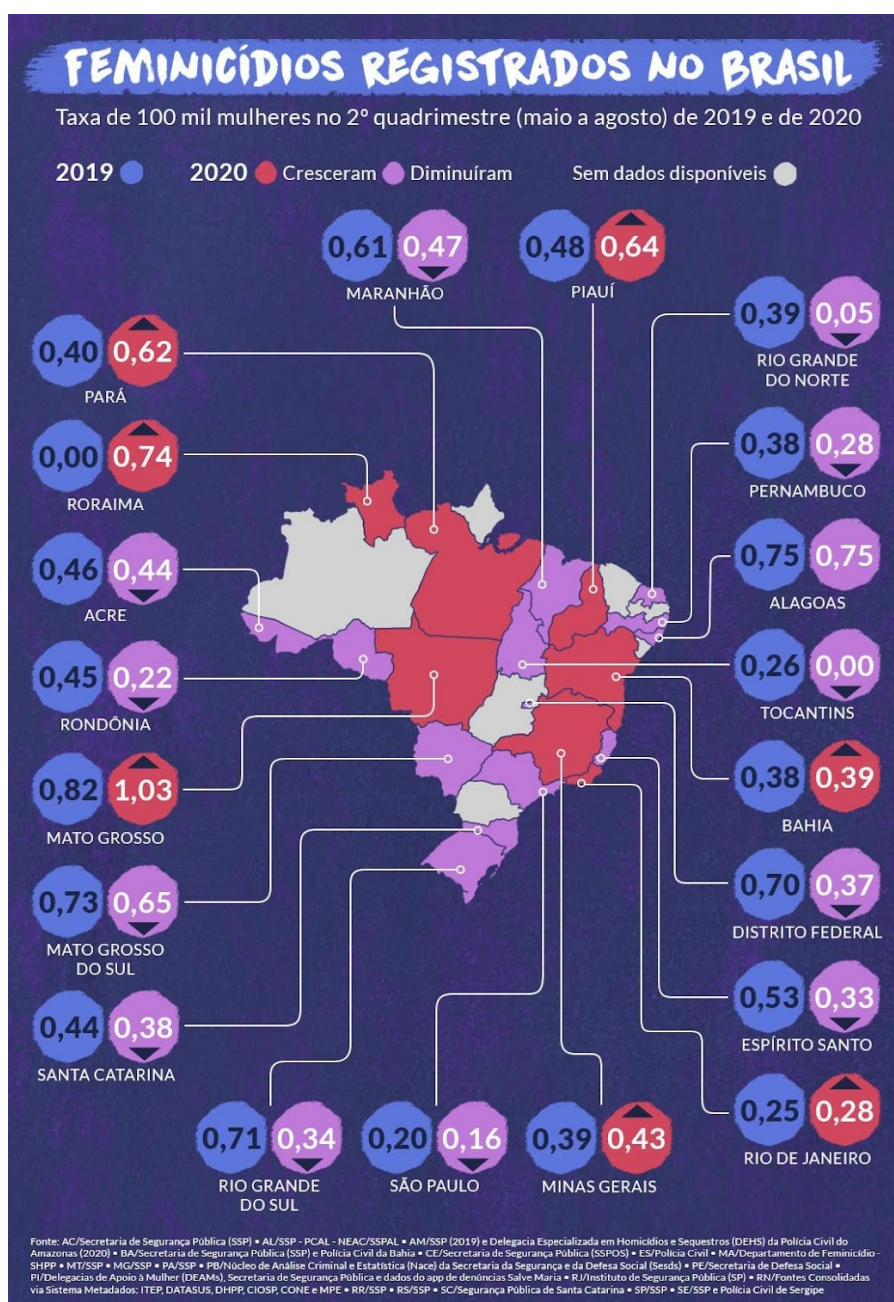
Além de ganharem menos pelo trabalho remunerado, as mulheres exercem desproporcionalmente o chamado trabalho não remunerado, que abrange o trabalho doméstico e de cuidado. A mesma pesquisa do IPEA revelou que, em 2015, as mulheres dedicavam 14,4 horas a mais por semana a afazeres domésticos do que os homens.



Fonte: Charge do Lute, publicada em 22 de julho de 2012 no jornal Hoje em Dia. Disponível em: <http://blogdolute.blogspot.com/2012/07/>

Além disso, a violência contra as mulheres continua a ser epidêmica. Apesar dos avanços desencadeados pela Lei Maria da Penha ([Lei 11.340/2006](#)) e pelas políticas públicas na área de enfrentamento à violência contra as mulheres, o Brasil é o quinto país do mundo com a maior taxa de feminicídio. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a média de assassinatos é de 4,8 para cada 100 mulheres.

O infográfico a seguir, publicado pela [Revista AzMina](#), demonstra as taxas de feminicídios registrados no Brasil no período de maio a agosto dos anos de 2019 e 2020:



Segundo o [Atlas da Violência de 2021](#), publicado pelo IPEA, em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil. Desse número, 66% eram mulheres negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra.

Como os números mostram, infelizmente, ainda estamos longe de uma sociedade igualitária, em que homens e mulheres têm a mesma liberdade e as mesmas oportunidades de desenvolverem todo o seu potencial.

1.2 Por que a língua?

O uso da língua de maneira mais inclusiva pode contribuir para que a sociedade seja mais justa e igualitária. São vários os argumentos em favor do uso inclusivo da língua, porém muitas pessoas desqualificam a discussão antes mesmo de ela começar. Você já deve ter ouvido, por exemplo, que colocar tudo no feminino é “mimimi” ou uma moda sem sentido.

Atitudes de desvalorização como essas indicam resistência às mudanças. A resistência à mudança faz parte de um processo que necessariamente depende da aderência da maioria, conforme explica o sociólogo francês, Pierre Bourdieu, ao falar sobre o poder simbólico:

“o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles [e daquelas] que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989, p. 8).

Segundo Bourdieu, é preciso que existam pessoas cúmplices para que o poder simbólico seja exercido. Essas pessoas podem saber conscientemente de sua cumplicidade ou não.

Mas o que é poder simbólico e o que ele tem a ver com a língua? O texto “[O poder simbólico e a violência simbólica](#)”, escrito por Neila Santos Costa e publicado no portal Não me Khalo, discute o conceito de poder simbólico de Bourdieu. Segundo a autora, esse poder simbólico é o poder que “está nas entrelinhas”, o poder exprimido pelos símbolos:

“

Os símbolos são parte do modo como representamos a realidade e o mundo, o meio pelo qual uma cultura e seus valores se expressam e se reafirmam através dos sistemas simbólicos.

”

Bourdieu cita como sistemas simbólicos explicitamente a arte, a religião e a língua (1989, p. 8). Podemos pensar também em sistemas menos abrangentes que utilizam símbolos para representar a realidade e expressar e reafirmar valores, como o humor (que varia consideravelmente de cultura para cultura), a mídia, a publicidade.

Esses exemplos são importantes para a relação entre poder simbólico e violência simbólica de gênero. De acordo com Bourdieu, a violência simbólica é:

“

violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária. (*A dominação masculina*, p. 7).

”

A violência simbólica de gênero está relacionada, ainda que não diretamente, a formas mais explícitas de violência de gênero, como demonstra o "iceberg" retratado no vídeo a seguir:

**VÍDEO**

■ Vídeo 1 – [Iceberg Violencia genero](#) (em Espanhol)

O humor, a mídia e a publicidade machistas ou sexistas também são instrumentos, ainda que sutis, de violência contra as mulheres. A cineasta Jean Kilbourne demonstra a relação entre esses símbolos e a violência com exemplos vívidos na mídia norte-americana, os quais poderiam ser transferidos facilmente para a realidade brasileira:



VÍDEO

Vídeo 2 – [Killing Us Softly 4: Advertising's Image of Women - LEGENDADO PT/BR](#)

Como Kilbourne coloca, a objetificação e o desmembramento dos corpos das mulheres é o primeiro passo para a violência. Trata-se de um processo de desumanização que permite que a violência aconteça e seja tolerada.

Um exemplo de tolerância cultural e social à violência contra as mulheres são as agressões que acontecem em ambientes públicos, como transportes coletivos e outros locais compartilhados por grande número de pessoas. Entre as diversas normas e protocolos implícitos de convívio nesses espaços, muitas pessoas presenciam as agressões e nada fazem.

Voltando ao sistema simbólico que estamos tratando aqui, a língua é um dos meios pelos quais o poder simbólico (e conseqüentemente a violência simbólica) pode ser exercido. Trata-se de um sistema poderosíssimo, pois a língua é nosso veículo de interface com o mundo. No manual da Unesco, que desde o final da década de 1980 discute usos neutros em termos de gênero na língua, lê-se que:



Há uma crescente conscientização de que a língua não simplesmente reflete nosso modo de pensar: ela também o molda (Unesco, 1999, p. 4, minha tradução).



Para exemplificar como a língua molda o pensamento, veja um trecho do livro *Through the language glass: why the world looks different in other languages* (em tradução livre: *Através da lente da língua: Por que o mundo é diferente em outras línguas*), escrito em 2010 por Guy Deutscher, pesquisador da Universidade de Manchester, e adaptado por Renata Paiva, da PUC-Rio:

A sua língua molda sua maneira de pensar?

Recentemente, vários experimentos mostraram que os gêneros gramaticais podem influenciar os sentimentos e associações do falante quanto aos objetos que o cercam. Nos anos 1990, por exemplo, psicólogos compararam associações entre falantes de alemão e espanhol. Há muitos substantivos inanimados cujos gêneros nessas duas línguas são opostos. Por exemplo, em alemão, a palavra '*ponte*' é feminina (*die Brücke*) enquanto *el puente* espanhol é masculino; e o mesmo vale para *relógios*, *apartamentos*, *garfos*, *jornais*, *bolsos*, *selos*, *ingressos*, *violinos*, *sol*, *mundo*, e *amor*. Por outro lado, os alemães veem uma *maçã* como masculino e os espanhóis como feminino, assim como *cadeiras*, *vassouras*, *borboletas*, *chaves*, *montanhas*, *estrelas*, *mesas*, *guerras*, *chuva* e *lixo*. Quando os falantes tiveram que graduar diversos objetos em diversas categorias, os falantes de espanhol consideraram que *pontes*, *relógios* e *violinos* tinham "propriedades masculinas" como força, enquanto os alemães atribuíram características mais femininas como "esbelta" e "elegante". Com objetos como *montanhas* e *cadeiras*, que são masculinos no alemão e femininos em espanhol, aconteceu o oposto.

Em outro experimento, falantes de francês e espanhol tiveram que atribuir vozes humanas a vários objetos em um desenho animado. Quando os franceses viram a imagem de um garfo (*la fourchette*), a maior parte deles designou uma voz feminina, mas os falantes de espanhol, para quem *el tenedor* é masculino, preferiram atribuir-lhe uma voz mais masculina e grave. Mais recentemente, psicólogos mostraram que "línguas com gêneros", imprimem traços de gênero na mente do falante de forma tão forte que essas associações obstruem a habilidade do falante de memorizar informações.

É claro que isso não significa que os falantes de espanhol, francês ou alemão não consigam entender que objetos inanimados não possuem um sexo biológico – uma mulher alemã não confunde seu marido com um chapéu, e os espanhóis não são conhecidos por confundirem uma cama com a pessoa deitada em cima dela. Ainda assim, uma vez que as conotações de gênero são impostas em mentes jovens e impressionáveis, elas levam os falantes nativos dessas línguas a ver o universo dos objetos inanimados através de lentes coloridas por associações e respostas emocionais que os falantes de inglês – presos ao deserto monocromático do pronome neutro "it" – desconhecem completamente. Será que o uso de gêneros diferentes para a palavra "*ponte*" em alemão e espanhol, por exemplo, afetou o design de pontes na Alemanha e na Espanha? Será que os caminhos emocionais impostos pelo sistema de gênero têm maiores consequências comportamentais no nosso dia-a-dia? Será que eles formam gostos, estilos, hábitos e preferências nas sociedades em questão? Com o conhecimento atual sobre o cérebro humano, isso não seria fácil de medir em um laboratório de psicologia. Mas seria surpreendente se a resposta a essas questões fosse negativa.



Trecho retirado do artigo publicado no portal: http://petletras-pucrio.blogspot.com/2013/07/a-sua-lingua-molda-sua-maneira-de-pensar_18.html

A pergunta se a língua molda o pensamento ou o pensamento molda a língua já foi largamente debatida. A cientista cognitiva Lera Boroditsky oferece um bom resumo desse debate e traz uma resposta bastante incisiva: a língua molda a maneira como pensamento. O vídeo a seguir traz o argumento completo, com diversos exemplos:



Vídeo 3 – https://www.ted.com/talks/lera_boroditsky_how_language_shapes_the_way_we_think?utm_campaign=tedsread&utm_medium=referral&utm_source=tedcomshare

Ao final do vídeo, Boroditsky provoca o público a pensar: Por que penso do jeito que penso? Como eu poderia pensar de maneira diferente? Quais pensamentos desejo criar? Esses questionamentos podem parecer bastante filosóficos e, a priori, sem respostas imediatas, pois são muitos os aspectos a serem considerados nessa reflexão.

Além das provocações feitas no vídeo, também é interessante refletir sobre as seguintes perguntas:

- De que maneira dividir o mundo entre feminino e masculino molda os meus pensamentos?
- Como seriam meus pensamentos se não houvesse essa divisão?
- Como o masculino como universal influencia a maneira como penso sobre o mundo?

1.3 Por que inclusão?

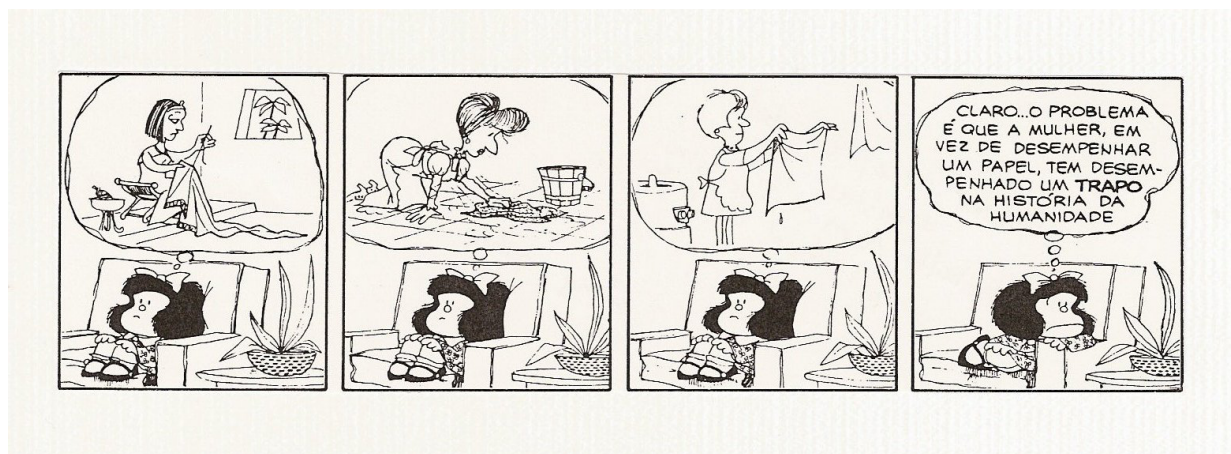
A língua tem papel fundamental na maneira como entendemos o mundo, construímos e reproduzimos valores e ideias, mas por que dar ênfase ao uso inclusivo de gênero na língua? A resposta é que, muitas vezes, a língua é empregada de maneira sexista, misógina e racista. Esses usos costumam passar despercebidos, reproduzindo ou reafirmando desigualdades e exclusões.

A inclusão de gênero é uma opção de uso da língua que busca a desconstrução de ideias sexistas, como a premissa de que o masculino é o sujeito neutro e universal. Para refletirmos sobre o uso da forma masculina como universal, veja a provocação trazida por este comentário:



Fonte: <https://cientistasfeministas.wordpress.com/2017/10/10/brasileirxs-e-brasileires-um-ponto-de-vista-da-linguistica-sobre-genero-neutro/>. Acesso em 14/02/2023.

O masculino como sujeito neutro e universal exclui as mulheres da sala, do pensamento e da história. Essa exclusão, ou relegação a papéis desimportantes, é ilustrada na charge a seguir:



Disponível em: <http://espacodacarlale.blogspot.com/2011/10/emancipacao-feminina-em-mafalda.html>. Acesso em 14/02/2023.

Em outras palavras, ao utilizar o gênero masculino de modo genérico, a língua traduz uma invisibilidade histórica e social. Como demonstrado na charge, quando pensamos no papel das mulheres na história, a ideia que temos das mulheres não é de um papel, mas um "trapo".

Essa exclusão também é uma forma de violência. Conforme explicado no vídeo do iceberg, a invisibilidade é a parte profunda e não vista da violência de gênero. Entendendo a violência como um *continuum*, ao sistematicamente apagarmos a presença das mulheres pelos usos sexistas da língua, não só exercemos uma violência como também contribuímos para que modos menos sutis e mais visíveis de violência, como a física, aconteçam. Como coloca a poeta canadense Adrienne Rich:

“

Num mundo em que a língua e o nomear são poder, o silêncio é opressão, é violência (Tradução livre de “In a world where language and naming are power, silence is oppression, is violence.” Adrienne Rich, *On Lies, Secrets, and Silence: Selected Prose 1966-1978*.).

”

A charge abaixo demonstra a repercussão do poder simbólico do uso do masculino como universal:

Pensamos como falamos ou falamos como pensamos?



Fonte: http://reconvexoegenero.blogspot.com/2014/08/uso-sexista-da-lingua-nao-de-valor-aos_21.html. Acesso em 14/02/2023.

A charge traz um ponto provocativo, porém observável nos usos excludentes da língua: o masculino existe, o feminino é uma variação. Simone de Beauvoir, em seu famoso livro *O Segundo Sexo*, de 1949, já fazia uma crítica semelhante: o homem é considerado o Sujeito, a mulher é [o Outro](#):

“ A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. *O Segundo Sexo*, p. 10

”

Simone de Beauvoir também cita maneiras corriqueiras através das quais essa construção do homem como sujeito universal se manifesta:

“

Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural. É de maneira formal, nos registros dos cartórios ou nas declarações de identidade que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas. A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. *O Segundo Sexo*, p. 9

”

De maneira semelhante e muito mais recentemente, o [Manual de uso não sexista da linguagem](#) da UNIFEM (atualmente ONU Mulheres), publicado em 2006, explica que:

“

Se consultarmos qualquer dicionário podemos ver que a palavra homem se define como “indivíduo macho da espécie humana (oposto a mulher) ou o que chegou a idade adulta (oposto a menino)”. Mas se procuramos a palavra mulher encontramos: “pessoa do sexo feminino/ a que chegou à idade da puberdade/ a casada ou de idade madura”. [...] O homem não é definido por sua relação com a mulher. A mulher se define por sua relação com o homem (casada).

”

As línguas estão em constante mudança, porém, conforme Boroditsky questiona em sua palestra, como é possível pensar diferente?

2 Mitos e resistências em relação ao uso inclusivo da língua

Sabemos que a desigualdade de gênero é um fato e que a língua é importante no processo de avanço para a igualdade. Ao fim deste módulo, você será capaz de reconhecer mitos e resistências a usos mais inclusivos da língua, os quais podem ser classificados em: tradição e indiferença.

2.1 Tradição

O maior exemplo de resistência utiliza como argumento a tradição de que as palavras no feminino não estão de acordo com a gramática. Sobre esse argumento, vale relembrar a grande polêmica em torno do uso da palavra “Presidenta” ao invés de “Presidente”, no ano de 2010.

Esse tipo de argumento faz parte de um mito muito mais amplo, segundo o qual existe apenas um português correto, o da gramática. Isso é um mito baseado numa confusão conceitual entre língua e gramática normativa.

Muitas vezes, quando as pessoas dizem “o português”, elas estão, na verdade, fazendo referência à gramática normativa, que nada mais é que uma convenção, uma série de regras, por vezes idealizadas, de como a língua deveria ser escrita. Se aplicássemos tudo que a gramática normativa indica em nosso dia a dia, poderíamos ter algo parecido com o demonstrado na figura abaixo:



Fonte: <https://portfeevale2012.wordpress.com/2012/11/12/niveis-de-linguagem/>. Acesso em: 14/02/2023

A gramática normativa, portanto, não é a língua. Ela descreve uma parcela da língua, que serve apenas à escrita. Assim, ela é uma parte muito pequena do grande universo, diverso e rico, de uso da língua em diferentes contextos, que deixa de fora, inclusive, aspectos como sotaques, regionalismos, usos informais, e outros. O linguista Marcos Bagno sintetizou esse raciocínio com a seguinte analogia:

“ Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. Marcos Bagno, Preconceito Linguístico, p. 8.

Como discutem especialistas em sociolinguística, a própria gramática normativa pode ser utilizada como um instrumento elitista de exclusão social e cultural. Pense no seu dia a dia: quantas vezes você ouviu pessoas dizendo que a língua portuguesa está sendo corrompida, que está em declínio etc?

Comentários do tipo “as pessoas falam errado” ou “não sabem falar português” exprimem, muitas vezes, o que chamamos de preconceito linguístico. São comentários que indicam julgamentos de valor sobre a língua falada por pessoas menos escolarizadas ou menos privilegiadas, geralmente utilizando a gramática normativa como parâmetro.

A linguística, enquanto ciência, se propõe a investigar os fenômenos linguísticos de maneira imparcial. Assim, da mesma maneira que uma pessoa que estuda química não julga uma molécula de oxigênio como “boa” ou “ruim”, “bonita” ou “feia”, uma pessoa que estuda a língua não emite o julgamento de que um uso é “bom” ou “ruim”. Ela investiga a origem desse uso, suas causas e implicações.

Sob esta perspectiva, não faz sentido dizer que uma pessoa “não sabe falar português”. Se ela é falante nativa de português, ela certamente sabe a língua. Acreditar que exista uma única forma do português que seja correta, bonita ou perfeita é, no mínimo, simplista e mal informada.



SAIBA MAIS

Fígado ou Figo? A palavra “fígado” vem do latim “ficatum”. Até aí, faz muito sentido: apenas de olhar, percebemos a semelhança entre as duas palavras. Entretanto, a palavra em latim para o

órgão “fígado” era “iecur”. Como uma análise superficial pode mostrar, são raízes completamente diferentes. Que relação, então, há entre “iecur” e “ficatum”/“fígado”?

O fato é que existia, na época da civilização romana, uma iguaria gastronômica chamada iecur ficatum, algo parecido com o que hoje é o foie gras. Os gansos eram superalimentados com figos, o que dava um sabor diferenciado ao fígado desses animais. Este prato era chamado de “fígado figado” (da mesma forma como temos a expressão “filé flambado”, por exemplo). Com o passar do tempo, herdamos a segunda parte da expressão (“ficatum”) para designar o órgão “iecur”.

Assim, quando uma pessoa diz “figo” ao invés de “fígado” para se referir ao órgão, podemos mesmo julgar que ela está falando “errado”? As ideias de “certo” e “errado” ficam pequenas quando pensamos que a relação entre “figo” e “fígado” está marcada na própria etimologia da palavra!

A língua está em constante transformação

Contra os argumentos de tradição, cabe explicitar também que as línguas são vivas e dinâmicas e, portanto, estão em constante transformação. As mudanças na língua acontecem naturalmente ao longo do tempo, independentemente da vontade individual das pessoas falantes da língua. Um exemplo desse tipo de mudança linguística aconteceu com a palavra “você”, acompanhe:

Variação diacrônica

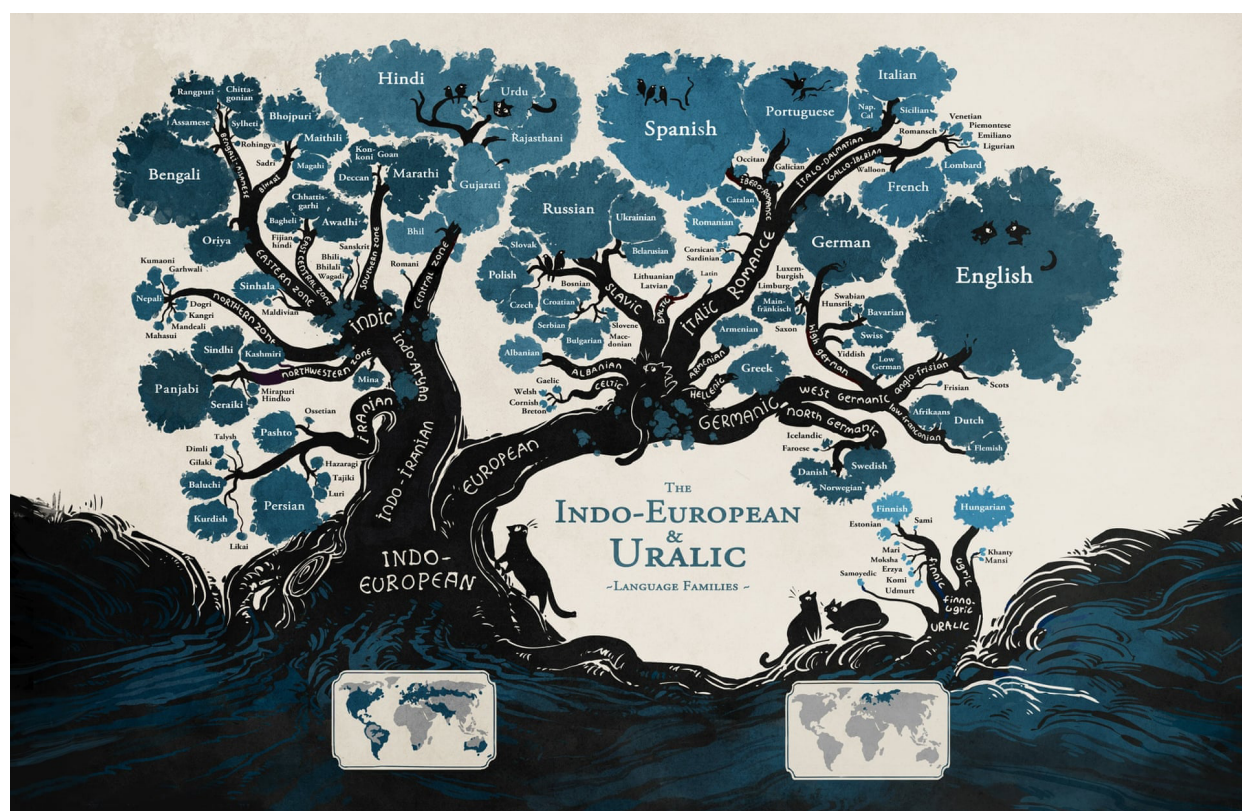
É a variação da linguagem ao longo do tempo, através das sucessivas gerações de falantes. Observe-se em Português:



Um exemplo extremo de mudança ao longo do tempo é o fato de todas as línguas chamadas neolatinas ou românicas terem a mesma raiz: o latim. Isso quer dizer que, com o passar dos séculos, o latim foi mudando a ponto de se transformar em outras línguas, diferentes da original, e essas outras línguas mudaram a ponto de se tornarem outras línguas, e assim por diante, exponencialmente, resultando na diversidade linguística que temos hoje nas línguas românicas.

Ainda sobre a mudança nas línguas, vale destacar que existiam duas modalidades de latim: o latim clássico, utilizado pelas (pouquíssimas) pessoas letradas do Império Romano, e o latim vulgar, utilizado pelo povo. O português, assim como todas as demais línguas românicas, tem sua origem no latim vulgar, ou seja, o português, assim como as demais línguas neolatinas, tem sua origem no latim popular, falado pelo povo.

Na ilustração abaixo, feita por Minna Sundberg, há uma representação das mudanças linguísticas ocorridas nas línguas indo-europeias e urálicas:



Fonte: <https://www.thefools.com.br/blog/post/uma-arvore-genealogica-da-linguagem>. Acesso em 14/02/2023.

Para além das mudanças linguísticas que acontecem naturalmente, independente da vontade das pessoas que usam a língua, existem também mudanças que podem ser introduzidas artificialmente, como é o caso das reformas ortográficas.

Para citar exemplos de mudanças ortográficas específicas do português, a palavra “casa” era grafada com “z” até 1943. As substituições do “ph” por “f”, do “th” por “t”, e do “y” por “i” são exemplos da Reforma Ortográfica de 1911, ocorrida em Portugal.

Exemplos de mudanças ortográficas desde 1911:

- **caza -> casa**
- **phase -> fase**
- **ortographia -> ortografia**
- **lagryma -> lágrima**

Esses exemplos mostram que as línguas podem também mudar por consenso de que algo deve mudar ou ser modernizado. Isso porque as línguas não estão soltas no vácuo, elas estão inseridas em contextos históricos, sociais e políticos, e são afetadas por diversos fatores dessas dimensões. A pesquisadora Monalisa dos Reis Aguiar explica que:

“

Alguns fatos políticos e sociais como a abolição, a Independência e a República fizeram aflorar no Brasil um forte sentimento nacionalista. Emerge, nesse período, um movimento de valorização da cultura e de nacionalismo lingüístico. Surgem, com isso, as primeiras manifestações ligadas à política de um idioma nacional em busca da identidade lingüística brasileira. Desse modo, houve quem defendesse a existência de duas línguas: uma portuguesa e outra brasileira, confundindo-se variedade de uma mesma língua com o aparecimento de um novo sistema. A questão da língua reflete-se também na questão ortográfica, pois a tentativa de uma língua brasileira resulta, conseqüentemente, na busca de uma ortografia brasileira.

”

O que este trecho revela é a implicação da língua num processo nacionalista de construção de uma identidade especificamente brasileira após a Independência. Em outras palavras, a língua torna-se instrumento e, ao mesmo tempo, reflexo de um distanciamento identitário do Brasil em relação a Portugal.

Vale a pena ressaltar que, desde a publicação do artigo de Monalisa dos Reis Aguiar, ocorrida em 2007, houve ainda uma nova mudança ortográfica, resultando na queda do trema. Assim, palavras como “linguístico” e “consequentemente” hoje não são escritas com trema, o que reforça o caráter dinâmico da língua.

Se as línguas podem se modernizar em termos ortográficos, por que não também no caso da inclusão de gênero? A língua pode e deve estar envolvida num processo de reconhecimento e inclusão do papel das mulheres nas mais variadas esferas da vida cotidiana. Trata-se de uma escolha política entre invisibilizar ou visibilizar, excluir ou incluir.

O texto Sexismo e políticas linguísticas de gênero, publicado por Mäder e Severo em 2016, discute algumas possibilidades de intervenção linguística que têm por objetivo refletir a inclusão de gênero na língua. Segundo o autor e a autora:

“alterações planejadas na gramática de uma língua, apesar de improváveis, não são impossíveis, e podem vir a ser implementadas se já houver entre os falantes uma certa receptividade em relação a tal alteração e se a mudança gramatical planejada se ajustar a uma mudança sociocultural já em andamento. (MÄDER & SEVERO, p. 295).

A mudança sociocultural que envolve a busca por igualdade entre mulheres e homens está em curso na sociedade brasileira, portanto, a modificação da língua viria ao encontro desse movimento para consolidá-lo. Mäder e Severo continuam a argumentação, relativizando a ideia de:

“uma certa rigidez gramatical diante de esforços de se evitar traços sexistas na marcação linguística de gênero. As evidências de uma possível mudança, ou pelo menos variação, para o nosso contexto, são o uso, em algumas comunidades de fala, de construções sintáticas empregadas para evitar o masculino genérico e a alteração da morfologia de algumas palavras a fim de evitar a escolha entre gênero gramatical masculino ou feminino. (Ibid, p. 295)

Entre os casos relatados de comunidades de fala que adotaram esforços para evitar traços sexistas na língua, há exemplos claros na língua inglesa. Apesar de o autor e a autora sugerirem que alternativas para o uso do masculino genérico (o “ele” universal) foram poucas e fracassadas, desenvolvimentos recentes no inglês demonstram que o uso do pronome plural “they” para se referir a uma pessoa (no singular) de sexo indefinido está pacificado.

Explicando melhor, principalmente a partir da década de 1970, feministas denunciaram o androcentrismo do uso do pronome “he” (“ele”) como genérico, e reivindicaram o uso não sexista da língua inglesa, que hoje é a norma:

- It is essential for a student’s success that he studies hard (É essencial para o sucesso de um aluno que ele estude muito)

Esse uso é cada vez mais raro em contextos atuais, sendo substituído pelo “they”:

- It is essential for a student’s success that they study hard (É essencial para o sucesso de um aluno que ele estude muito)

O uso do “they” como genérico está consensuado e oficialmente reconhecido. Por exemplo, o Merriam-Webster, principal dicionário de inglês norte-americano, traz, na entrada “[they](#)”:

they pronoun, plural

Definition of they (Entry 1 of 2)

1a : those ones — used as third person pronoun serving as the plural of he, she, or it or referring to a group of two or more individuals not all of the same sex

they dance well

b : HE entry 1 sense 2 —often used with an indefinite third person singular antecedent

everyone knew where they stood — E. L. Doctorow

nobody has to go to school if they don’t want to — N. Y. Times

2 : PEOPLE sense 2 —used in a generic sense

as lazy as they come

A entrada B deixa claro que “they” deve ser utilizado com “um antecedente indefinido na terceira pessoa do singular”.

Da mesma forma, o Dicionário Oxford, um dos mais importantes do inglês britânico, traz uma das definições de “[they](#)” como:

[third person plural singular] Used to refer to a person of unspecified gender.

‘ask a friend if they could help’

[terceira pessoa singular plural] Usado para se referir a uma pessoa de gênero não especificado

Assim, voltando ao nosso exemplo anterior, ainda que “student” seja um substantivo singular e “they” um pronome plural, essa incongruência gramatical de número (singular-plural) é superada pelo entendimento sociocultural de que o masculino genérico (“he”) não representa de maneira justa mulheres e homens.

Diversos estudos demonstram os impactos do uso do masculino genérico no que é chamado de viés masculino, ou seja, uma propensão para a invisibilização de mulheres.

O estudo “[Generic masculine words and thinking](#)” (Palavras genéricas masculinas e pensamento, em tradução livre) conclui provisionalmente que uma redução no uso do genérico de ‘homem’ e ‘ele’ resultaria, no longo prazo, numa redução do pensamento sexista [...] Em sua parte final, o estudo desenvolve a ideia de que mulheres vivenciam mais alienação do que homens na presença do genérico ‘homem’ e ‘ele’.

Neste [outro estudo](#), investigou-se como o uso do ele genérico afeta a compreensão: participantes do estudo leram frases contendo “ele” como genérico e pronomes específicos para homens e mulheres e tiveram que indicar se cada frase poderia se referir a uma mulher. Frases que utilizavam o masculino genérico foram interpretadas mais erroneamente do que frases utilizando pronomes específicos. [...] Os resultados confirmam a hipótese de que o uso do genérico masculino reduz a chance de se pensar em mulheres no que se pretende ser instâncias de sexo não especificado.

Esses estudos confirmam, com dados empíricos, como a exclusão na língua diretamente reflete a exclusão no pensamento. Por esse motivo, muitos países tomaram ações explícitas para incluir o feminino e a referência a mulheres na língua.

Como já mencionado, em língua inglesa o uso genérico do pronome “they” já está consensuado, bem como o de profissões como “business person” (pessoa de negócios) em vez de “businessman” (empresário) e com referências à humanidade como um todo: “humankind” em vez de “mankind”.

Um texto em inglês que utiliza o masculino como neutro é tido como um texto datado e antiquado, explicitando assim não somente a evolução da língua, mas também sua natureza enquanto construção social.

2.2 Indiferença ou desvalorização

Os outros tipos de argumento de resistência, utilizados contra a inclusão de gênero por meio da língua, são os argumentos de indiferença ou desvalorização. Eles são expressados por colocações do tipo: “colocar tudo no feminino é frescura ou mimimi”. Em outras palavras, são argumentos que desqualificam o uso inclusivo da língua, tratando esse uso como preciosismo, mero detalhe ou, mais atualmente, como “de esquerda”.



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/prefeituradesalvador/photos/mais-de-quatro-d%C3%A9cadas-depois-da-oficializa%C3%A7%C3%A3o-do-dia-da-mulher-e-159-anos-ap%C3%B3s-/1319759851372991/>. Acesso em 14/02/2023.

Aqui vale a discussão acerca da língua como campo de disputa ideológica: as relações de comunicação são também relações de poder e como diz Pierre Bourdieu:



diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses (BOURDIEU, 1989, p. 11).



A ideia de que todos os atos são políticos (como proclamaram as feministas da segunda onda sob o mote “o pessoal é político”, enfatizando a interligação entre experiências pessoais e estruturas sociais e políticas) é particularmente verdade para a língua, instrumento primordial de reificação da realidade social.



SAIBA MAIS

Breve resumo das [ondas feministas](#):

1ª onda: Séculos XIX e XX (até a década de 1950)

Foco no direito à educação e ao voto e nos direitos das mulheres à propriedade.

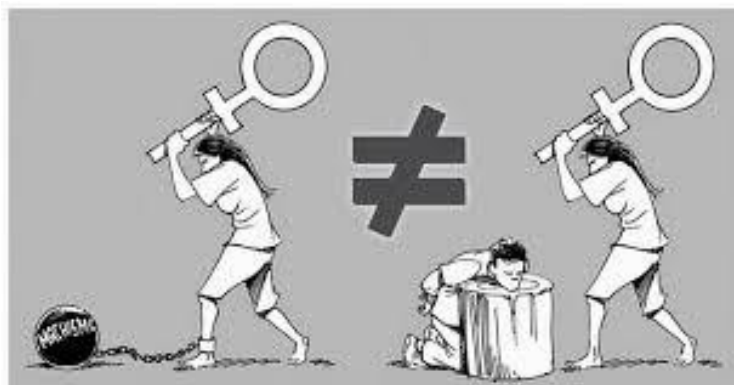
- **2ª onda: Década de 1960 até os anos 1980**

Foco na sexualidade, família, trabalho, direitos reprodutivos e igualdade de maneira ampla. Discussões entre a divisão entre público e privado.

- **3ª onda: Década de 1990 até o presente**

Foco em uma política identitária, ou seja, em que as pessoas se designam por características particulares de sua identidade; interseccionalidade, que é a sobreposição de questões de gênero com questões de raça e classe social, entre outras.

Já que falamos em ondas feministas, cabe ressaltar que o feminismo não é o contrário de machismo. Feminismo é o movimento que luta pela igualdade entre homens e mulheres, não um movimento de dominação de mulheres sobre homens (misandria). A figura abaixo ilustra a diferença entre as duas ideias:



Fonte: <https://m.facebook.com/108630184095799/photos/a.108631814095636/108632544095563/>. Acesso em 14/02/2023.

Ainda sobre a relação entre língua e política, vale a pena destacar o trecho do livro “Preconceito Linguístico”, de Marcos Bagno:

“

Existe uma regra de ouro da Lingüística que diz: “só existe língua se houver seres humanos que a falem”. E o velho e bom Aristóteles nos ensina que o ser humano “é um animal político”. Usando essas duas afirmações como os termos de um silogismo (mais um presente que ganhamos de Aristóteles), chegamos à conclusão de que “tratar da língua é tratar de um tema político”, já que também é tratar de seres humanos. Por isso, o leitor e a leitora não deverão se espantar com o tom marcadamente politizado de muitas de minhas afirmações. É proposital; aliás, é inevitável. Temos de fazer um grande esforço para não incorrer no erro milenar dos gramáticos tradicionalistas de estudar a língua como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas vivas que a falam.

”

Por mais que a palavra “ideologia” esteja usualmente associada às ideias de esquerda, é importante ressaltar que há um viés ideológico em qualquer posicionamento. A diferença é que uma visão majoritária pode mais facilmente se passar por neutra, objetiva ou isenta.

Esse verniz de verdade é essencial para o funcionamento da dominação, já que o “efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxonomias filosóficas, jurídicas, etc.” (Bourdieu, 1989, p. 14).

Como Bourdieu coloca, o poder simbólico só se impõe enquanto poder com base no desconhecimento, por isso a tomada de consciência do arbitrário (Idem, *ibid.*, p. 15) e das relações de poder envolvidas, e do *parti pris* (ponto de vista enviesado, tradução livre), é o primeiro passo para qualquer possibilidade de mudança.

Em relação aos argumentos de indiferença, portanto, é possível contra-argumentar que, a partir da tomada de consciência, a escolha entre se conformar aos usos preconceituosos da língua ou transgredi-los é a escolha entre ser parte do problema ou da solução.

A partir do entendimento de que incluir pronomes femininos e outros usos inclusivos da língua significa efetivamente incluir a representação de mulheres - ou seja, trazer as mulheres no pensamento enquanto sujeitas em pé de igualdade com os homens - entendemos que é preciso que todos e todas façam a sua parte.

Usamos a língua o dia todo, todos os dias. A cada instante podemos nos esforçar para, em nossas interações cotidianas e em nossas profissões, utilizar a língua de maneira que reflita uma realidade mais igualitária.

Trata-se de um ativismo diário e necessário, e um compromisso que qualquer pessoa pode, e todas as pessoas devem, assumir. Os exemplos do inglês mostram que é possível modernizar a língua para refletir um ideal mais igualitário para todas as pessoas.

3

Fazendo a Diferença

Sabemos a importância e as razões do uso inclusivo de gênero pela língua. Ao fim deste módulo, você será capaz de reconhecer estratégias para utilizar a língua portuguesa de forma inclusiva e não sexista.

3.1 Termos identitários

Apesar de o foco da discussão proposta ser o uso não sexista da língua, também é válido conhecer outras formas de uso inclusivo da língua. É importante enfatizar que não se pretende tomar o protagonismo de outros grupos, mas apenas sistematizar o que já é consensual.

Como a língua é dinâmica e novas concepções estão em constante discussão, é possível que os termos aqui listados mudem, por isso sempre convém pesquisar e confirmar os termos com representantes dos grupos em questão.

Pessoas negras

O termo genérico “pessoas negras” (e variantes como “população negra”) deve ser utilizado ao invés de “negros”, pois o primeiro, além de ser inclusivo em termos de gênero, ancora a discussão no âmbito dos direitos humanos: primeiramente elas são pessoas e, secundariamente, pessoas com uma especificidade, no caso, racial. É importante pesquisar termos considerados ofensivos ou racistas, como “denegrir”, por exemplo.

Vale ressaltar que não cabe a pessoas fora do grupo o questionamento da validade de uma demanda ou crítica. Como colocou a escritora Chimamanda Ngozi Adichie em recente debate na emissora de TV britânica BBC: “se você é um homem branco, não tem o direito de definir o que é racismo”. O mesmo vale para os outros termos aqui discutidos.

Pessoas com deficiência

O termo preferido pelos movimentos sociais atualmente é “pessoas com deficiência”, adotado pela Organização das Nações Unidas em sua Convenção sobre os Direitos

das Pessoas com Deficiência, que foi ratificada pelo Brasil em 2009, adquirindo assim peso constitucional.

Embora já utilizados no passado, termos como “pessoas portadoras de deficiência” ou “pessoas com necessidades especiais” hoje são considerados obsoletos. O primeiro pelo entendimento de que não se “porta” a deficiência e sim que ela é uma característica como tantas outras, por isso a preferência pela preposição “com” seguido pela especificidade. O segundo termo, pessoas com necessidades especiais, também deixou de ser utilizado por se entender que qualquer pessoa, não apenas as pessoas com deficiência, pode ter uma necessidade especial. Este termo também reforça ideias de normalidade preconceituosas por implicar que existem necessidades “especiais” em oposição a necessidades “normais”.

Para casos de cegueira, além de “pessoa com deficiência visual” também é possível utilizar o termo “pessoas cegas”, ou “cegos e cegas”, por ter aí envolvida uma questão identitária da comunidade cega. O mesmo vale para os casos de surdez, em que se pode utilizar “pessoas Surdas” ou “Surdos e Surdas”, sempre com a letra inicial maiúscula.

O termo “surdo-mudo”, no entanto, não deve ser utilizado, pois o fato de a pessoa ser surda não implica que ela tenha alguma deficiência de fala, como é o caso das pessoas surdas oralizadas.

O termo “pessoas com deficiência intelectual” deve ser utilizado em vez de “pessoas excepcionais”, “pessoas especiais” ou “doentes mentais”. Novamente, palavras como “excepcional” e “especial” se colocam em oposição a um ideal de normalidade excludente. Além disso, o termo “doentes mentais” define e rotula pessoas a partir de algo que é, na verdade, uma especificidade.

Em nenhum dos casos deve se utilizar o diminutivo, ex. “ceguinho” ou “surdinha”, pois isso inferioriza e infantiliza a pessoa em questão.

Pessoas idosas

Expressões como “melhor idade” ou “terceira idade” devem ser evitadas, pois nem todas as pessoas deste grupo se sentem representadas por elas.

Para o genérico, o termo preferido é “pessoas idosas” em vez de “idosos”, pois o primeiro, além de ser inclusivo em termos de gênero, reforça o fato de este grupo ser sujeito de direitos: primeiramente pessoas e, secundariamente, pessoas com uma especificidade, no caso, geracional.

Indígenas

Entre especialistas na área, a palavra “índios/índias” tem se tornado obsoleto. Deve-se optar pelos termos: “povos indígenas”, “povos originários” ou “povos tradicionais”. Sempre que for possível, é importante destacar a etnia do grupo (Caiapós, Ianomâmis, Mundurucus etc).

3.2 Sexismo na língua

Agora que conhecemos alguns termos gerais, vamos discutir especificamente os usos inclusivos em termos de gênero. Para fins didáticos, dividimos os usos sexistas da língua em três categorias - invisibilização, estereotipia e eufemização - e oferecemos alternativas inclusivas para cada uma delas.

Invisibilização

A invisibilização talvez seja o uso sexista mais comum e arraigado no português brasileiro. Esse uso consiste em utilizar a forma masculina como neutra ou universal, excluindo literal e simbolicamente as mulheres do discurso.

Nesse sentido, a tradição precisa mudar para acompanhar as necessidades atuais da sociedade. Portanto, masculino é masculino, não é neutro, nem universal, nem genérico. Para que as mulheres estejam devidamente representadas, é necessário nomeá-las.

Seguem abaixo alguns exemplos de alternativas ao uso do masculino universal no português brasileiro. Os exemplos da tabela foram adaptados do [Manual para o uso não sexista da linguagem](#), publicado pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Rio Grande do Sul.

SUBSTANTIVOS	
Em lugar de	Utilizar
Os brasileiros	O povo brasileiro A população brasileira
Os meninos	As crianças A infância
Os homens	As pessoas/A população/O povo

SUBSTANTIVOS	
Em lugar de	Utilizar
Os cidadãos	A cidadania
Os filhos	A descendência/A próxima geração
Os trabalhadores	O pessoal
Os professores	O professorado/O corpo docente
Os eleitores	O eleitorado
Os jovens	A juventude
Os homens	A humanidade/Os seres humanos
Assessores	Assessoria
Orientadores	Orientação
Chefes	Chefia
Diretores	Direção
Coordenadores	Coordenação
Redatores	Redação

Em todos os casos listados acima, como alternativa, pode-se também utilizar a forma masculina mais a feminina no plural, e vice-versa: os brasileiros e as brasileiras, as meninas e os meninos, e assim por diante. Essa alternativa é preferível em relação ao uso do x e do símbolo @ (por exemplo, amigxs ou amig@s).

Enquanto essas formas são interessantes por desestabilizarem o binarismo de gênero e incluírem pessoas trans ou pessoas que não se identificam nem com o gênero masculino nem com o feminino, elas também apresentam problemas, por serem impronunciáveis, podem dar margem ao uso do masculino genérico ao serem lidas em voz alta. Além disso, essas formas não são acessíveis a leitores de tela. Em outras palavras, explicitar a forma feminina dos substantivos obriga a inclusão das mulheres na hora da leitura.

O mesmo vale para as formas com barras (prezados/as) e parênteses (prezados(as)): nesses casos, além de a forma feminina não ser necessariamente pronunciada ao ser lida em voz alta, no segundo caso, a ideia de que o feminino é secundário fica registrada graficamente pelo uso do parênteses.

Existem também formas de se manter a neutralidade de gênero sem recorrer necessariamente aos marcadores de gênero feminino e masculino. A tabela a seguir apresenta alguns exemplos, adaptados do [Manual para o uso não sexista da linguagem](#), publicado pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Rio Grande do Sul:

REDAÇÕES NÃO SEXISTAS	
Em Lugar de	Utilizar
Os legisladores estabeleceram	A atual legislação estabeleceu
Pediu-se aos juízes	Pediu-se ao (poder) judiciário
Necessitam-se formados em	Necessita-se pessoas formadas em
Sábio é aquele que	Sábia é a pessoa que/Tem sabedoria quem
Os leitores do jornal poderão participar do concurso	Se vocês leem o jornal poderão participar do concurso/Quem lê o jornal poderá participar do concurso
O consumidor estará mais seguro se comprovar a data de validade do produto na embalagem	Você sentirá mais segurança se comprovar a data de validade do produto na embalagem
Os paulistanos têm um bom nível de vida	O nível de vida em São Paulo é bom

Pronomes e advérbios no masculino podem ser trocados por palavras que não contêm a marca de um gênero específico:

PRONOMES E ADVÉRBIOS	
Em lugar de	Utilizar
Pergunte àquele que sabe	Pergunte a quem sabe
Forte é aquele que acredita	Forte é quem acredita

PRONOMES E ADVÉRBIOS	
Em lugar de	Utilizar
Sempre trabalhou cuidando dos outros	Sempre trabalhou cuidando de outras pessoas
Poucos/Muitos sabem disso	Poucas/muitas pessoas sabem disso/Uma minoria/A maioria sabe disso

Estereotipia

A língua, enquanto reflexo da sociedade, pode ser utilizada para reforçar a estereotipia, ou seja, para reforçar papéis tradicionais de gênero, seja de maneira explícita ou de forma sutil.

Um exemplo clássico é o marido que “ajuda” nas tarefas domésticas. O uso do verbo “ajudar” implica que a responsabilidade primária pelos afazeres domésticos é das mulheres, enquanto os homens, por benevolência, podem contribuir eventualmente. Está aí reforçada a divisão desigual do trabalho doméstico não remunerado.

Sobre essa divisão desigual do trabalho, vale resgatar uma pesquisa realizada em 2016, a qual apontou que mulheres dedicavam mais que o dobro de horas aos cuidados domésticos que os homens, e, no mínimo, seis horas a menos em trabalho remunerado. A situação de mulheres na posição de cônjuge se mostrava ainda mais alarmante, com no mínimo nove horas a menos de trabalho pago, e quatro horas a mais de afazeres domésticos, evidenciando a contribuição das relações maritais para os papéis sociais estereotipados (Sousa & Guedes, 2016, p. 130).

Abundam exemplos mais gritantes de estereotipia, muitos contendo julgamento de valor, normalmente com relação à maternidade: “se queria trabalhar, por que teve filhos?”, “voltou do descanso da licença maternidade” etc.

Estereotipias de gênero são observadas também em relação a profissões, como no exemplo “Médicos e enfermeiras que deixam seu país para ajudar as pessoas no Haiti”. A princípio, pode-se ter a impressão que a palavra “médicos” inclui também médicas mulheres, mas a sequência deixa claro que os médicos, profissão de status social mais elevado, são homens, enquanto as mulheres são evidenciadas na posição menos prestigiosa de enfermeiras.

Este exemplo também revela que o masculino genérico é uma falácia, ou seja, quando é importante para a cultura dominante marcar o gênero feminino, neste caso para a manutenção dos papéis tradicionais de homens e mulheres na área da saúde, ela o faz.

Eufemização

De acordo com o Dicionário Houaiss, eufemismo é “palavra, locução ou acepção mais agradável, de que se lança mão para suavizar o peso conotador de outra palavra, locução ou acepção menos agradável, mais grosseira ou mesmo tabuística”. Assim, a expressão “bateu as botas” é um eufemismo para “morreu”.

A eufemização, quando transposta para a questão de gênero na língua, consiste na utilização de algumas palavras e expressões no lugar de outras para se tentar suavizar usos sexistas da língua.

Por exemplo, muitas pessoas ainda optam, em português, pelo uso do adjetivo “feminino/feminina” para questões relacionadas às mulheres: “voto feminino”, “visão feminina” etc.

Desde, pelo menos, a década de 1950, esse uso é problematizado em outras línguas: a filósofa existencialista Simone de Beauvoir, ao questionar a suposta essência feminina, consequentemente minou o uso do adjetivo “feminino” em referência a mulheres.

Na teoria feminista estadunidense, Betty Friedan também problematizou a essência feminina na obra *A Mística Feminina*, publicada em 1963. De fato, atualmente em língua inglesa, esse uso do adjetivo para se referir a mulheres é praticamente inexistente.

Outras justificativas para se abandonar esse uso é o fato de que, como adjetivo, “feminina/feminino” pode ser utilizado para descrever qualquer substantivo, inclusive o substantivo “homem” (ex. “um homem feminino”).

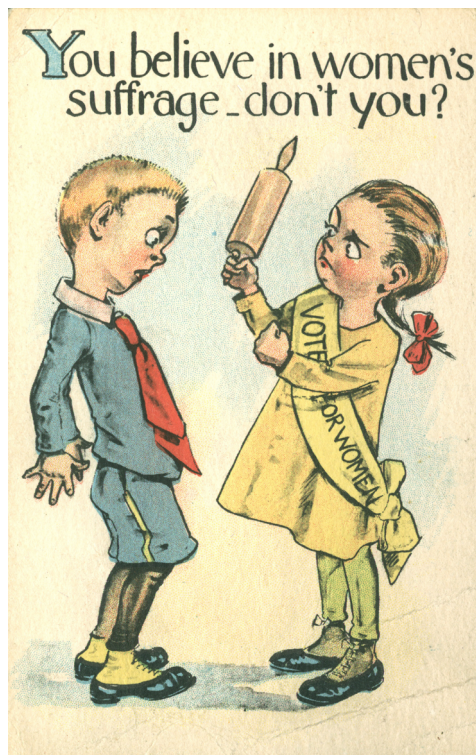
Além disso, optar pelo substantivo “mulheres” enfatiza o protagonismo das mulheres e seu papel como sujeitas de direitos. Assim, o “voto” não tem a característica de ser “feminino”, seja lá o que isso queira dizer, mas, sim, um direito conquistado por uma luta protagonizada por mulheres.

Portanto, o uso do adjetivo “feminina/feminino” é uma forma de eufemização, que funciona para neutralizar associações potencialmente tabuísticas. Assim, falar em “luta feminina” como eufemismo para a “luta das mulheres” – ou, ainda, “luta feminista” – enfraquece uma potencial ameaça à dominação simbólica promovida pelo machismo.

Não é à toa que, nesse sistema simbólico, as palavras “feminismo” e “feminista” carregam os mesmos estigmas que carregavam há mais de um século, e sua utilização em correntes majoritárias de comunicação e textos oficiais é ainda rara. Veja exemplos de estigmas relacionados às sufragistas da virada do século XIX para o XX:



Fonte: <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/20-propagandas-que-mostram-como-as-mulheres-eram-tratadas-no-passado/>. Acesso em 15/02/2023.



Fonte: https://society6.com/product/you-believe-in-womens-suffrage-dont-you_print. Acesso em 15/02/2023



Fonte: <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/20-propagandas-que-mostram-como-as-mulheres-eram-tratadas-no-passado/>. Acesso em 15/02/2023.

As ilustrações demonstram os estigmas de feministas como mulheres masculinas (a “mulher masculina” que usa calças na Figura 1), agressivas (Figura 2), feias e/ou mal amadas (mulheres “que nunca foram beijadas” da Figura 3). Tais estereótipos continuam atuais relacionados às feministas.

Outros eufemismos podem ser observados em fórmulas que, indiretamente, implicam inferioridade das mulheres, como, por exemplo:

■ “Boa noite, Bonner. Boa noite, Patrícia”

Referir-se a alguém pelo sobrenome provê um status de importância, fato utilizado de maneira bastante calculada no primeiro debate da corrida presidencial dos Estados Unidos entre a candidata Hillary Clinton e o candidato Donald Trump. Na ocasião, ao longo de todo o debate, Hilary Clinton referiu-se ao seu oponente apenas como “Donald”.

O candidato republicano, de maneira menos premeditada, repetidamente chamou sua oponente pelo cargo e sobrenome (“Secretary Clinton”). Ainda que este seja um caso de inversão, demonstra bem o desequilíbrio simbólico entre infantilização (primeiro nome) e profissionalismo/importância (sobrenome), que, na maioria das vezes, é utilizado em detrimento das mulheres.

Há casos menos sutis, como a escolha das características a serem ressaltadas em um homem e uma mulher, como observado no exemplo “a senhora Presidente e seu brilhante advogado”.

A eufemização também pode ecoar atitudes sexistas naturalizadas. Ainda que incrivelmente comum, não deixa de ser aberrante, em português, referir-se a uma mulher casada como “a mulher de fulano”. A incoerência fica mais nítida quando se testa o contrário, já que “o homem de fulana” não é utilizado para se referir ao seu marido.

Observa-se a confluência entre papel social (esposa) e identidade de gênero (mulher), como se fossem sinônimos – reforçando, ainda que sutilmente, que o principal papel de uma mulher na sociedade brasileira é o de esposa.

Além disso, há neste exemplo também um eufemismo de posse/objeto (“minha mulher”), que fica mais claro em expressões mais antiquadas, mas ainda hoje utilizadas como “deu a mão de sua filha”.

Referências

AGUIAR, Monalisa dos Reis, "As reformas ortográficas da língua portuguesa: Uma análise histórica, linguística e ideológica", *Filologia e Língua Portuguesa*, 2009 (7), pp. 11-26. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59770/62879>.

BAGNO, Marcos, *Preconceito linguístico: O que é, como se faz*, Edições Loyola, São Paulo, 2007.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: O que é, como se faz*. 48ª e 49ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Lei nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

FRIEDAN, Betty (1963). *A Mística Feminina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Secretaria de Políticas para Mulheres. Manual para o uso não sexista da linguagem: O que bem se diz bem se entende. Porto Alegre, 2014: autor. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em 14/02/2023.

GREGOLI, Roberta. "Violência simbólica e inclusão pela língua: uma introdução" in *Mulheres e violência: Interseccionalidades*. Org. Cristina Stevens et al. Brasília, DF: Technopolitik, 2017, pp. 364-382.

IBGE. Quantidade de homens e mulheres. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C1%25%20de%20mulheres>. Acesso em: 13/02/2023.

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça - 20 anos. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf. Acesso em: 13/02/2023.

IPUPARLINE. Montly rankink of women in national parliaments. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=1&year=2023>. Acesso em 13/02/2023.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; SEVERO, Cristine Gorski; "Sexismo e políticas linguísticas de gênero", p. 245 -260. In: *Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391466/12.pdf>

RICH, Adrienne. On lies, secrets, and silence: Selected prose 1966-1978. Nova York/Londres: W.W. Norton & Company, 1979.

SOUSA, Luana Passos de & GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estudos avançados [online], São Paulo, vol. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso; Acesso em: 09 dez. 2016.

UFSM. Pandemia escancara o feminicídio e a subnotificação no Brasil e no mundo. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra/2021/01/22/pandemia-escancara-o-feminicidio-e-a-subnotificacao-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em 13/02/2023.

UNESCO. Guidelines on Gender-Neutral Language. 1999. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001149/114950mo.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2016.